

Opções para renegociar dívida

GAZETA MERCANTIL

por Ivanir José Bortot e
Rodrigo Mesquita
de Brasília

O Banco Central (BC) e o Tesouro Nacional podem liberar recursos para sanear as contas públicas dos governos estaduais, como suas dívidas mobiliárias e de seus bancos. O ministro interino da Fazenda, Pedro Parente, disse a este jornal que estão sendo feitos estudos para criar alternativas de renegociação da dívida mobiliária dos estados e dos bancos estaduais.

A negociação que está sendo analisada pelo Senado Federal para a dívida do Banespa não invalidaria esta nova alternativa, que deverá ser apresentada nos próximos dias aos estados. "São coisas que andam paralelas. A federalização e a privatização são alternativas em estudo que servem ao Banespa", disse Parente.

Os estudos que vêm sendo feitos pelo Ministério da Fazenda procuram criar um "conjunto de opções" de renegociação de dívidas para os estados e seus bancos. "A liberação dos recursos será feita mediante compromisso de saneamento dos bancos. Os recursos serão apenas para cobrir estas necessidades", disse ele.

Pedro Parente informou que o modelo de socorro aos bancos passará por alternativas, como as de terceirização de gestão, como foi feita com o Banerj. A União poderá fazer assunção de dívidas e desapropriações de ações, o que implicaria federalização desses bancos.

A privatização posterior dessas instituições saneadas financeiramente é outro dos compromissos que pode ser buscado com os governos estaduais.

As dívidas dos estados com seus bancos poderão ser renegociadas em condições especiais. A dívida mobiliária dos estados poderá ser refinanciada pelo Tesouro Nacional. Os estados passariam a ter melhores condições de assumir dívidas que têm com seus bancos, como São Paulo e Rio de Janeiro. Hoje, o saldo da dívida mobiliária é de R\$ 42,3 bilhões.

O BC poderá destinar recursos próprios para equacionar dificuldades de liquidez dos bancos. Uma das hipóteses em estudo é criar uma espécie de Proer



Pedro Parente

apenas para resolver os problemas dessas instituições. Aquelas em regime de administração especial temporária podem, com a última decisão do Conselho Monetário Nacional, recorrer às linhas de assistência financeira de liquidez do BC.

A liberação dos recursos do Tesouro e do BC será feita mediante garantias. A falta de pagamento dos empréstimos concedidos implicaria retenção de receitas dos estados, como a parcela do Fundo de Participação ou outros repasses constitucionais.

"O objetivo básico desse processo de solução de dívidas é reduzir o déficit fiscal. A nossa proposta não é transferir dívidas dos estados para a União e sim melhorar as condições de seu financiamento, para que haja um beneficiamento nas contas públicas", disse Parente.

A dívida contratual dos estados está fora das renegociações. As regras estabelecidas no último acordo são adequadas e vêm sendo cumpridas pelos estados.